

BRINQUEDOTECA: o lúdico na Defensoria Pública do Estado do Acre

Reinildes Rodrigues de Oliveira Galvão⁸

RESUMO: O artigo tem como objeto a discussão a respeito da importância da brinquedoteca da Defensoria Pública do Estado do Acre, esta, criada em 2018, motivada por um levantamento que identificou riscos e ociosidade das crianças nas áreas de atendimento. A brinquedoteca tem como objetivo a promoção do bem-estar e humanização para oferecer um ambiente seguro e acolhedor às crianças que acompanham seus responsáveis durante o atendimento nesta Defensoria, de forma supervisionada por um pedagogo e estagiários da área. Deste modo, a brinquedoteca proporciona diversão e desenvolvimento social e emocional. As atividades lúdicas, incluindo jogos educativos e brincadeiras, são planejadas para estimular a criatividade e interação social. A organização e a higiene do espaço são essenciais para a segurança e saúde das crianças. Assim, a brinquedoteca oferece um refúgio acolhedor durante o atendimento dos responsáveis, fortalece laços afetivos e proporciona experiências enriquecedoras, alinhando-se aos direitos das crianças estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: Brinquedoteca, Socialização, Infanto-Juvenil.

ABSTRACT: *The article discusses the importance of the playroom at the Public Defender's Office of the State of Acre. Created in 2018,*

⁸ Reinildes Galvão é graduada em Licenciatura em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa, de Andradina-SP (1995), com Pós Graduação em Psicopedagogia-Lato Sensu pela Universidade Gama Filho(2010), com experiência em educação infantil. Atua a 8 anos na Defensoria Pública do Estado do Acre, onde foi auxiliar do RH e atualmente é chefe do Departamento de Humanização e responsável pela brinquedoteca. Sempre focada em pessoas. Atraída por novas oportunidades e experiências de crescimento. reinildes.galvao@ac.def.br.

motivated by a survey that identified risks and idleness among children in the service areas, the playroom aims to promote well-being and humanization by offering a safe and welcoming environment to the children who accompany their guardians during service at this Public Defender's Office. Supervised by a pedagogue and interns in the field, the playroom provides fun and social and emotional development. The recreational activities, including educational games and play, are planned to stimulate creativity and social interaction. The organization and hygiene of the space are essential for the safety and health of the children. Thus, the playroom offers a welcoming refuge during the service of the guardians, strengthens affective bonds, and provides enriching experiences, aligning with the rights of children established in the Statute of the Child and Adolescent.

Keywords: *Toy library, Socialization, Juvenile.*

1 INTRODUÇÃO

Para avaliar a necessidade de estruturar um espaço adequado para as crianças na Defensoria Pública, a administração superior realizou, em 2017, um levantamento baseado em observação direta. O objetivo da investigação foi identificar os riscos e a ociosidade das crianças nas áreas de atendimento, incluindo a recepção de triagem e as salas de atendimento, em parceria com a Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Acre.

Ante tal levantamento constatou-se que as crianças ficavam expostas a situações de risco e desconforto nos corredores e permaneciam ociosas durante o atendimento, gerando estresse tanto para elas quanto para os responsáveis. Foram realizadas conversas

com funcionários e assistidos para coletar opiniões sobre a necessidade de um espaço lúdico. A avaliação das informações coletadas mostrou que, com frequência, a ausência de um espaço apropriado deixava as crianças vulneráveis a incidentes em um ambiente que não é adequado para suas necessidades.

Insta frisar que, muitos assistidos que procuram os serviços da Defensoria trazem suas crianças por não disporem de alternativas seguras para deixá-la em outro local.

Essas famílias, em sua maioria hipossuficientes, têm suas crianças emocional e psicologicamente impactadas pelas informações recebidas na Defensoria Pública. A falta de um espaço adequado prejudicava o atendimento dos responsáveis, que se preocupavam com a segurança dos filhos, comprometendo sua concentração. Além disso, o tempo de espera das crianças, que poderia ser utilizado para atividades educativas e de socialização, era negligenciado.

Com base nas informações obtidas, foi evidenciada a necessidade de criar um espaço adequado para que as crianças possam brincar e interagir enquanto aguardam seus responsáveis. A criação desse ambiente reduziu os riscos à segurança e tornou a Defensoria mais acolhedora, proporcionando conforto e tranquilidade. Isso permitiu que os responsáveis se concentrassem no atendimento jurídico, melhorando significativamente a eficiência dos serviços prestados.

A brinquedoteca, equipada com móveis e materiais apropriados, atualmente ocupa uma sala localizada no piso térreo, de

fácil acesso, e funciona durante o período de atendimento ao público.

O espaço é utilizado, em sua maioria, pelos filhos dos assistidos, mas também recebe os filhos dos servidores, desempenhando um papel facilitador ao proporcionar, ainda que temporariamente, um ambiente acolhedor e reconfortante.

Segundo Santos (2002, p. 12) o lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento.

Ao considerar o que o autor aborda, ressalta-se que o lúdico, além de diversão, é essencial para o desenvolvimento emocional e social das crianças, promovendo confiança, acolhimento e expressão da individualidade. Dessa forma, o lúdico se torna uma ferramenta importante para o desenvolvimento afetivo, social e cultural.

Diante do exposto, entende-se que as atividades lúdicas não apenas divertem, mas também fortalecem laços afetivos com os profissionais envolvidos. Estes estabelecem regras e orientações para desenvolver as brincadeiras de maneira criativa e envolvente, promovendo momentos prazerosos e enriquecedores para as crianças enquanto aguardam seus responsáveis em atendimento.

Neste sentido, é o posicionamento de Lucia Helena Pena Pereira, em citação literal:

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si;

estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educando-se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação (Pereira, 2005, p. 20).

Com base nessa ideia, em que as crianças vivenciam momentos de diversão e exploração, exercendo autonomia e criatividade que facilitam a aquisição de novos conhecimentos, destacam-se as atividades lúdicas, adequadamente ajustadas para atender às suas necessidades e interesses.

2 COMPREENDENDO A BRINQUEDOTECA

A primeira brinquedoteca teve sua origem em 1934 em Los Angeles, quando um proprietário de uma loja de brinquedo, percebendo o aumento de furtos de brinquedos devido à pobreza e à crise econômica que assolava o país, idealizou uma forma de possibilitar o acesso das crianças aos brinquedos sem rouba-lós . Ele criou um serviço de empréstimo para que as crianças pudessem brincar e desenvolver seu lado lúdico. (NOFFS, 2001). Na década de 1960, a ideia se espalhou pela Europa. Entretanto, a primeira ludoteca foi fundada por duas mães de filhos excepcionais, com o objetivo de orientar os pais sobre o brincar e promover a interação com seus filhos.

No Brasil, a primeira brinquedoteca surgiu em 1971, por iniciativa da Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais (APAE). Naquele ano, foi realizada uma exposição de brinquedos pedagógicos destinada a pais, professores e alunos, o que marcou o início da implantação da ludoteca. O sistema funcionava em formato de rodízio de brinquedos e materiais pedagógicos, seguindo os critérios de uma biblioteca tradicional, com empréstimo e devolução dos itens.

Em 1990, consolidou-se no Brasil um importante marco legal para a proteção dos direitos da criança e do adolescente com a promulgação, em 13 de julho, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este Estatuto fortaleceu a proteção e o desenvolvimento infantil como política pública e como um objetivo nacional.

Neste contexto, é crucial analisar a redação dos artigos 3º e 4º do Estatuto, para compreender os objetivos estabelecidos pelo legislador, que são respectivamente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

À luz do exposto, fica evidente que a brinquedoteca não é apenas um ponto de acolhimento, mas um vetor de concretização dos direitos previstos do Estatuto da Criança e do Adolescente e positivamente da missão conferida pelo artigo 4º do mesmo diploma legal.

O acolhimento institucional, se inevitável, deve ser humanizado, de forma que a criança se torne o centro em torno do qual gira a preocupação e do qual todas as escolhas dependem. Nesse estado, a brinquedoteca se torna um espaço único onde as crianças realmente podem ter voz e se expressar.

Isto posto, a brinquedoteca é um espaço de criação, liberdade e descoberta que contribui para o desenvolvimento infantil. O ato de brincar permite que as crianças manifestem suas histórias e sejam ouvidas, tornando-se um direito assegurado por lei. Ao interagir com brinquedos, as crianças atribuem novos significados aos objetos e representam seu cotidiano. Afastá-las de situações traumáticas, como atendimentos sensíveis na Defensoria Pública, facilita interações positivas e apoia seu desenvolvimento social e intelectual. O tempo de qualidade na brinquedoteca, sob supervisão de profissionais, é essencial para garantir um ambiente seguro e respeitar os direitos das crianças, evidenciando a valorização da infância, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Após essa iniciativa inicial, a primeira brinquedoteca, como a conhecemos hoje, voltada exclusivamente para o ato de brincar, foi criada pela Escola de Educação Especial de

Indianópolis, atualmente chamada Instituto Indianópolis, localizada em São Paulo.

Dada a importância das brinquedotecas na educação infantil, em 1984 foi fundada a Associação Brasileira de Brinquedotecas (ABBRI), uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo divulgar o conceito de brinquedoteca e demonstrar sua relevância.

Brincar é não apenas uma forma de lazer, mas também de aquisição de conhecimento, tornando-se uma parte essencial da atividade educativa. A brinquedoteca oferece um ambiente onde, por meio de jogos e brincadeiras, as crianças podem construir e reconstruir conhecimentos, compreendendo a realidade de maneira integrada (Buemo; Fraga, 2012). Brincar é vital para o desenvolvimento intelectual e social das crianças, preparando-as para a aprendizagem formal.

O processo de acesso à brinquedoteca na DPE/AC começa com a distribuição de senhas no balcão de recepção, após a qual a pessoa é direcionada para a sala onde é feito o registro da criança. Esse registro inclui informações fornecidas pelo responsável, como a idade da criança, possíveis condições especiais, como autismo, e o local onde o responsável estará durante o atendimento. Portanto, é essencial contar com profissionais bem treinados para proporcionar às crianças uma experiência saudável e interativa.

3 METODOLOGIA UTILIZADA PARA A CRIAÇÃO DA BRINQUEDOTECA

A metodologia adotada foi descritiva bibliográfica, com ênfase na observação participante. A investigação, realizada entre agosto e outubro de 2017, teve como público-alvo os funcionários e assistidos. Por meio de diálogos e de uma escuta atenta, a pesquisadora pedagoga coletou informações essenciais sobre a importância da criação de um espaço lúdico na Defensoria Pública. As informações foram descritas e analisadas qualitativamente, sem o uso de dados estatísticos, proporcionando uma compreensão aprofundada das interações e do ambiente. Outro fator relevante para a pesquisa foi a escolha da localização da brinquedoteca, que começou pela sede com a implantação de um projeto inicial.

Em janeiro de 2018, foi inaugurada a primeira brinquedoteca da Defensoria Pública do Estado do Acre, localizada na capital, Rio Branco. Posteriormente, com o empenho da administração superior em oferecer um atendimento mais humanizado para as crianças, dois novos espaços foram criados entre janeiro e fevereiro de 2024, um na Unidade Criminal da capital e outro na cidade de Cruzeiro do Sul.

Assim, adotar uma abordagem lúdica nas brinquedotecas da Defensoria Pública do Estado do Acre, tanto na sede quanto nas demais unidades, mostra-se de suma importância, alinhando-se ao compromisso com os direitos das crianças estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para assegurar o pleno funcionamento da brinquedoteca, é essencial manter um acervo diversificado de brinquedos e materiais educativos, muitos obtidos por doações de servidores.

Além disso, o espaço oferece brinquedos educativos, jogos, livros infantis e objetos variados, organizados para garantir fácil acesso às crianças.

Para a segurança, o regulamento de uso estabelece que a faixa etária permitida é de 2 anos e 6 meses a 10 anos, devido à presença de brinquedos pequenos e à necessidade de supervisão constante. A higiene e a manutenção são garantidas por inspeções diárias.

As atividades lúdicas, planejadas por pedagogos e estagiários, são adaptadas a diferentes faixas etárias.

Ademais, a educação em direitos, aplicada de maneira lúdica e educativa, é essencial para que as crianças conheçam seus direitos e deveres, bem como os dos outros, promovendo o desenvolvimento intelectual em um ambiente acolhedor.

Por fim, diversos materiais pedagógicos, como livros de pintura e máscaras de E.V.A, são confeccionados e entregues às crianças ao final de sua permanência na brinquedoteca.

Dessa maneira, é fundamental assegurar espaços adequados para que as crianças participem de atividades que estimulem o aprendizado e a interação social. Novos espaços lúdicos, seguindo o mesmo projeto arquitetônico, foram implementados nas unidades descentralizadas da Defensoria Pública, reforçando o compromisso

da administração com o bem-estar infantil e o desenvolvimento integral das crianças.

Figura 1 – Brinquedoteca – Sede/Rio Branco-AC.

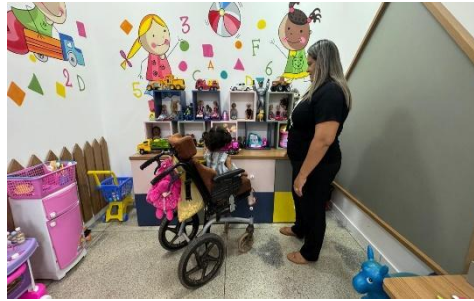


Figura 2 – Brinquedoteca – Unidade Criminal/Rio Branco – AC.



Figura 3 – Brinquedoteca – Unidade Cruzeiro do Sul – AC.



4 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado na elaboração do presente texto, e utilizado para a criação e estruturação da Brinquedoteca no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Acre foram as obras escritas por Gilles Brougère, pesquisador de enorme relevância na área da psicologização do brincar, e referência na área de interação com crianças através do lúdico.

É de suma importância, de forma a apontar o norte utilizado no decurso da formação do referido setor, citar um trecho da obra deste pesquisador, de maneira literal, a seguir:

As atividades na brinquedoteca podem ocorrer de modo que sejam dirigidas ou mesmo espontâneas. O professor, além de organizar o espaço, deve ser o facilitador dos jogos e das brincadeiras. Os brinquedos podem ser definidos de duas maneiras: seja em relação à brincadeira, seja em relação a uma representação social. No primeiro caso, o brinquedo é aquilo que é utilizado como suporte numa brincadeira; pode ser um objeto manufaturado, um objeto fabricado por aquele que brinca, uma sucata, efêmera, que só tenha valor para o tempo da brincadeira, um objeto adaptado. Tudo, nesse sentido, pode se tornar brinquedo e o sentido lúdico só lhe é dado por aquele que brinca enquanto a brincadeira perdura (Brougère, 1995, p. 62-63).

A mencionada obra fundamentou o presente artigo e orientou a condução da construção da primeira unidade da brinquedoteca no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Acre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento aborda a importância da estruturação da brinquedoteca, um espaço que oferece recreação, aprendizado e socialização. A educação é promovida de forma não tradicional, permitindo que, através do brincar, as crianças explorem conhecimentos, desenvolvam habilidades e compartilhem experiências.

Na brinquedoteca, é essencial que os brinquedos estejam organizados e acessíveis, permitindo às crianças brincarem livremente, sozinhas ou em grupo. Os profissionais devem atuar como facilitadores, criando um ambiente acolhedor e estimulante, além de contribuir para o desenvolvimento integral das crianças por meio de interações e trocas de experiências.

Quando brinca de casinha, por exemplo, a criança atribui sentido aos objetos que utiliza para montar os cenários, simular pessoas e acontecimentos. Essas narrativas fazem sentido para ela, pois são uma projeção de seus desejos, sentimentos e valores, expressando suas possibilidades cognitivas, seus modos de assimilar ou incorporar o mundo e a cultura em que vive (MACEDO *et al*, 2005, p.20)

É essencial que os profissionais estejam atentos à organização do espaço, incentivando as crianças a manterem o ambiente organizado e cuidado, propiciando uma responsabilidade compartilhada. Além disso, devem seguir a missão institucional de garantir os direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente,

promovendo o desenvolvimento infantil e valorizando o brincar como ferramenta de aprendizado.

Admite-se, portanto, que a Brinquedoteca desempenha um papel fundamental na Defensoria Pública, oferecendo um espaço acolhedor e educativo. No entanto, para garantir seu pleno funcionamento, é imprescindível que os profissionais atuem com comprometimento, promovendo um ambiente de troca enriquecedora entre todos os participantes. Com dedicação contínua, espera-se que a Brinquedoteca continue a alcançar seus objetivos, trazendo benefícios tanto para as crianças quanto para suas famílias.

6 REFERÊNCIAS

BUEMO, Eliani Aparecida Busnardo; FRAGA, Juliany Mazera. Brinquedoteca: um espaço de desenvolvimento e aprendizagem. **Revista da Unifebe** (Online), n. 10, jan./jun. 2012.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, 16 jul. 1990. Brasília, DF.

MACEDO, Lino de; et al. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

NOFFS, Neide de Aquino. **A brinquedoteca na visão psicopedagógica**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2001.

PEREIRA, Lucia Helena Pena. **Bioexpressão**: a caminho de uma educação lúdica para a formação de educadores. Rio de Janeiro: Mauad X: Bapera, 2005.

SANTOS, Élia Amaral do Carmo; JESUS, Basiliano do Carmo de. **O lúdico no processo ensino-aprendizagem**. 2010.